

«Pugnas literárias» e políticas acerca do escritor José de Alencar

Valdeci Rezende Borges
Universidade Federal de Goiás (UFG, CNPq)

valdecirezborges@yahoo.com.br

Resumo:

Neste artigo, procura-se abordar a recepção crítica à atuação literária do romancista José de Alencar, focando sua obra regionalista *O Gaúcho*, de 1870, por meio de um conjunto de cartas do português José Feliciano de Castilho, assinadas com o pseudônimo de Cincinato, que foram publicadas na imprensa do Rio de Janeiro, em 1871. As cartas, um gênero de texto comum na imprensa daquele período, foram veiculadas na revista *Questões do Dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Quinto Cincinato*, sendo, em seguida, reunidas em livro homônimo. Ater-nos-emos àquelas de teor literário originadas da pena de Cincinato e escritas como instrumento político de censura e deslegitimação da prática literária e política de Alencar, que se posicionava, no momento, em confronto direto com o poder imperial, do qual Castilho era aliado.

Palavras-chave: José de Alencar; José Feliciano de Castilho; Recepção crítica; Questões do dia; Lutas de representação

Abstract:

This paper approaches the critique reception to the literary activity of Brazilian novelist José de Alencar with a focus on his regionalist work, *O gaúcho*, from 1870. It takes into account a set of letters written by José Feliciano de Castilho, alias Cincinato, and published in Rio de Janeiro press in 1871. Common in the press at that time, those letters were printed in the magazine *Questões do Dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Quinto Cincinato*, and later published in a homonymous book. We focus our attention on those ones that pose some literary features and were used as a political instrument to censor and to de-legitimate Alencar's literary and political activity as he had strong opinions against the imperial power to which Castilho was allied.

Key-words: José de Alencar; José Feliciano de Castilho; Critique reception; *Questões do Dia*; Struggles of representation

O romancista e político brasileiro oitocentista José de Alencar, imerso no movimento romântico, considerava que a intelectualidade possuía a missão de contribuir para formar uma nacionalidade. Ao literato caberia edificar uma literatura nacional que consolidasse a Independência política de 1822, empregando temas brasileiros expressos em forma moderna. Seu pensamento acerca do 'romance brasileiro' foi exposto em vários ensaios críticos, nos quais defendeu a busca de nova forma literária que se afastasse daquela do Velho Mundo europeu, visando representar a nova ordem natural, social, cultural e histórica do continente americano e da nação brasileira, em particular.

Os modelos estéticos clássicos, sua linguagem e formas, legados europeus, e, sobretudo, português, deveriam dar lugar a uma nova literatura que representasse o Brasil como nação. A ela caberia expressar-se em linguagem original, apropriando-se das várias línguas presentes na sociedade brasileira e empregando a língua portuguesa abrasileirada pelos falantes ao longo do processo histórico, iniciado com a invasão europeia, continuado no período colonial e em avanço crescente na nação independente. Portanto, Alencar inseriu-se num campo de batalhas e de lutas por uma forma de representação da nação brasileira, entrando em confronto com diversos intelectuais, brasileiros e portugueses. Em tais pugnas foi objeto de críticas e censuras virulentas e severas, as quais visavam erodir sua imagem de grande literato, deslegitimar seu discurso e atuação política, destituindo-o do lugar hegemônico que ocupava.

Alencar, inserido no campo da cultura escrita brasileira do século XIX, figura nos estudos literários como «patriarca do romance brasileiro» (Orico, 1977: 23)

ou «patriarca da literatura nacional plenamente, isto é, ‘linguisticamente’, constituída», o que se consumou com «o aparecimento definitivo de uma língua literária inequivocamente brasileira» (Merquior, 1979: 85). Ele é visto como fundador da tradição viva de nossa literatura, pensador da ‘língua brasileira’, nascida da ‘revolução’ ocorrida na sociedade brasileira, na qual o idioma português foi sendo no cotidiano transformado pelo povo, pelos falantes, com fala viva, e pelos escritores que o empregavam em seu ofício. Assim, concebia a literatura como arma política de resistência e descolonização cultural.

Em meados dos Oitocentos, as elites brasileiras encontravam-se divididas acerca do problema da formação da nação e da necessidade de construir uma identidade própria, que só poderia ser atingida por meio da negação do universo da cultura portuguesa. A partir da Independência, as relações entre a antiga colônia e a ex-metrópole passavam por transformações e o processo de autonomização acentuava certo espírito de aversão recíproca (Sant’Anna, 2011: 65-66). A rivalidade associava-se à presença de lusitanos na Corte, no Rio de Janeiro, e sua atuação no campo da cultura e política brasileiras, sendo a figura do imigrante português José Feliciano de Castilho emblemática sobre a questão. Ele vivia na cidade desde 1848 e atuava em sua vida cultural e política; mantinha relações próximas com o governo imperial e criara, em 1871, a revista *Questões do Dia*, na qual emitia um discurso destinado a minar e desconstruir as bases da autoridade de Alencar como político, do Partido Conservador, e como literato, já qualificado por seus pares como «chefe da literatura brasileira».

No grande painel da sociedade brasileira pensado por Alencar para contemplar seu objetivo de contribuir para formar a nacionalidade, *O Gaúcho*, lançado em 1870, foca uma face da nação, o sul, representando cenas, espaços, ambientes e práticas rurais conforme explicou em *Benção Paterna*. Seu projeto de retratar o país, da conquista, da colônia e da pós-Independência, de formação do «verdadeiro gosto nacional», intentava fazer «calar as pretensões tão acesas de nos recolonizarem pela alma e pelo coração». No último período, Alencar vislumbra a existência de dois momentos: um que representava os espaços e recantos rurais e outro urbano, centrado na Corte. *O Gaúcho* enquadra-se no rol dos recantos regionais que guardavam o passado, «as tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro» (Alencar, 1965, v. 1: 495-496).

Em *Como e por que sou romancista*, de 1873, Alencar afirmou que, em 1868, «a alta política» arrebatou-o às letras para só restituí-lo em 1870, quando ocorreu sua passagem para outra idade como literato, a segunda. Começava aí «outra idade de autor», a qual chamou de «velhice literária» e adotara «o pseudônimo de Sênio», que, para alguns de seus críticos era fase «da decrepitude» (Alencar, 1965, v.1: 120-121). Mas escrevera três obras: *O gaúcho*, *A pata da gazela* e *O tronco do ipê*, e, no prefácio da primeira, tratou do significado da assinatura; era o começo da «velhice literária», «velhice precoce», da alma, «que deixam as desilusões» (Alencar, 1965, v. 3: 21).

Sênio carregava consigo as experiências que tivera na política, que não se apresentava como campo completamente separado do literário. Os ressentimentos colhidos no confronto da vida pública imperial entre grupos com visões de mundo e ideologias díspares reverberavam em sua literatura e na recepção desta. Se em janeiro de 1870 deixara a pasta de ministro da Justiça, candidatando-se ao Senado, e fora eleito em primeiro lugar, nos fins de abril, o Imperador vetara seu nome e indicara outros colocados para o Senado. Atordoado, Alencar voltou à Câmara fazendo oposição cerrada ao poder de D. Pedro II. Nascia o «inimigo do rei» com o retorno do panfletista, que andava adormecido (Lira Neto, 2006: 292, 296).

Em 1871, Alencar defendeu suas ideias na Câmara dos Deputados. Realizou campanha veemente contra seu antigo colega do Ministério de 16 de Julho, que chefiava, no momento, o gabinete que subira ao poder a 7 de março de 1871, o visconde do Rio Branco. Fora oposição a tudo o que ele propôs ou defendeu, como a subvenção à imprensa, o projeto do ventre livre das escravas e o poder pessoal de D. Pedro II. No momento mais agudo dos debates acerca da última questão, meados do ano, Castilho criara a revista *Questões do dia* e publicou cartas políticas, em estilo panfletário, com a intenção de combater as posições e os pensamentos de Alencar, discutindo seus pronunciamentos na imprensa e no parlamento. Seus romances e

suas concepções literárias também foram objeto de discussão com claro objetivo de desqualificá-lo, de deslegitimar suas práticas. Castilho, semana após semana, auxiliado por Távora e por outros, bateu contra ele a serviço do gabinete de Rio Branco, como o próprio Alencar denunciou na Câmara (Magalhães Jr., 1977: 274, 291-292).

Na discussão, as visões sobre o Brasil ou a legitimidade das representações produzidas sobre ele em nossa literatura foram repassadas pelos censores. Era uma forma de problematizar e contrastar práticas, ideias e modos pelos quais o romance produzia certa imagem da nação. À medida que Alencar se tornou referência nacional, as críticas e as tentativas de diminuir seu poder, de deslegitimar seu exercício como homem público e artista, sucederam-se, especialmente, quando ele ingressou na política e passou a ter duas frentes para apresentação de suas ideias e combater seus adversários (Rodrigues, 2001: 136-137). Castilho fora apontado nos debates como aquele que dava o ranço português às acusações, que havia redigido o parecer ao projeto do ventre livre e vivia produzindo relatórios para políticos ignorantes (Magalhães Jr., 1977: 294-295). O «intrigante português [...] era movido por empreitada política dos desafetos de Alencar» e «por patriotada lusa, desejosa de deprimir a primeira figura literária brasileira do tempo» (Romero, 1980: 1486). Portanto, analisava a produção de Alencar com a preocupação «inglória de abalar o crédito do político ou destruir a sua reputação», inclusive literária, lançando «mão de todos os meios para atrair odiosidade contra o romancista-político» (Menezes, 1977: 298-299).

Alencar batia contra seus adversários denunciando e questionando o uso do poder pessoal do soberano, opondo-se ao projeto do ventre livre e apontando a presença e interferência de estrangeiros em questões nacionais, como da pena mercenária de Castilho paga pelo governo para defender o Imperador e o projeto de abolição. Alencar, que hostilizava o Imperador desde que fora preterido para o Senado, nos debates da nova lei manifestara-se, com ironia, contra o parecer da comissão encarregada de avaliar o projeto, aludindo a uma insinuação de que o relatório teria sido redigido por Castilho. (Martins, 2011: 10).

Para o Deputado, no Parlamento, em agosto de 1871, quando pelo menos dois artigos de Castilho já haviam saído no *Jornal do Comércio*, o Ministério buscava eliminar sua atuação política suscitando uma «corte de escritores anônimos» incumbidos, não de refutar suas ideias, mas de atacar sua pessoa, lançando-lhe injúrias e insultos. Julgou como afronto à nacionalidade brasileira o Governo ter chamado «em seu auxílio uma pena estrangeira para coadjuv-lo nos seus trabalhos parlamentares, para discutir os negócios políticos do País», a qual lançava-lhe invectivas «bafejadas do alto.» Era intolerável que «um estrangeiro» faltasse com a cortesia, se arrogasse o direito de insultar e se empenhasse «em deprimir caracteres políticos desse País», fazendo-se instrumento de vinganças ao tratar de membros do Parlamento. Tais «penas mercenárias» atiravam aos «antagonistas o estigma» (Alencar, 1977: 629-632, 640, 643).

A *Questões do Dia*, a partir do número 9, entrou a contar com uma série de cartas de Cincinato, que se atinha até então apenas às questões políticas, versando sobre a literatura alencariana. Sobre a mudança em seu objeto de análise, a constituição da forças aliadas e os alvos da campanha, escreveu:

Forçaram-me a trocar as políticas pelas literaturas.

Em qualquer desses campos, sou eu um curioso muito inválido, mas enfim tudo serve: quem não pode brandir clava, descarrega piparote, e as minhas aspirações não sobem a mais. As infalibilidades são para os Papas das letras, Sênios, V. & Cia. (Cincinato, 1871, n. 19: 6)

Alencar era alvo constante de textos maledicentes, corrosivos, irônicos, satíricos, repletos de insinuações, com linguagem acusatória, estampados nas páginas da revista. Castilho tomara o pseudônimo ao célebre guerreiro romano, mas não escondia sua identidade como responsável pela publicação, pois, assessor político do gabinete comandado pelo visconde de Rio Branco (Lira Neto, 2006: 312). Dedicou-se com atenção aos problemas de linguagem nos escritos do autor, colocando-se na posição de fazer correções de neologismos e da «linguagem brasileira», que considerava espúria, visto que aferrado à gramática de forma estreita e à erudição clássica. Empenhado em demonstrar a ilegitimidade nos romances alencarianos, o mau emprego dos pronomes, arvorando-se em mestre do bom gosto e do estilo, documentava-os e expunha regras

de colocação, em campanha aberta para modificar tal uso (Magalhães Jr., 1977: 294-295; Menezes, 1977: 301-302). Ao tratar da língua portuguesa, remetendo-se ao campo político, das nacionalidades, identificava na prática literária de Alencar o perigo da perda de influência política da cultura portuguesa no Brasil (Rodrigues, 2001: 138).

DESLEGITIMANDO O «ROMANCE BRASILEIRO» ALENCARIANO

Castilho, com ironia, admirando as cartas de Semprônio sobre o «famoso Gaúcho», pela inteligência e agudeza crítica, considerando possuir a «mais alta missão», avaliou que, confrontando a obra a tais apreciações, não lhe pareciam justas e nem severas, mas brandas e concessoras de qualidades imaginárias ao escritor, descontando seus pecados. Ante «tal livresco», julgou que Alencar não era «mais que um operário da comuna literária, demolidor feroz, petrolizador intelectual, digno membro do diretório da Escola Coimbra» (Cincinato, 1871, n. 9: 7). Assim o equiparava ao grupo de jovens intelectuais rebeldes que, a partir de 1865, desencadearam, em Coimbra, reação contra a degenerescência romântica com projeto de reforma e regeneração, gerador de grande polêmica. O grupo fora atacado e ridicularizado pelo neoclássico Antônio Feliciano de Castilho, irmão de José, contrário à poesia moderna – ininteligível. A nova geração, rebelde à disciplina universitária e à Academia, contrária à tirania do gosto literário vigente, inconformada com os valores sociais oficiais, aberta às recentes correntes de ideias e estéticas europeias, repudiava as literaturas oficiais. A refrega entre o romantismo e a rebelião realista tratava naquele ano, de 1871, de colocar Portugal a par da atualidade europeia, do movimento moderno (Cal, 1979).

Se os projéteis da batalha literária portuguesa chegaram ao Brasil e Alencar fora associado aos rebeldes, Castilho, delimitando sua hoste, avaliou que Semprônio fora brilhante ao dissecar o primeiro capítulo do livro. Porém, ressaltou, com ironia, que saltavam sobre ele mil «belezas» que requeriam uma enciclopédia para aquilatá-las

este escrevedor tem a mania da novidade; [...] logo no proêmio desta cousa, nos diz ele que na novidade é que ele acha o sainete; [...] só para conquistarem a glória de ceifar estranhezas, e dar à luz novidades [...] Onde a imaginação lhe parece frouxa, ou desenfreada, pouco importa; aceita-se tudo; as maiores loucuras, chama-se originalidade; o devaneador é chefe de escola, e já que não pode brilhar pelo senso comum, contenta-se com o pechisbeque de casa. (Cincinato, 1871, n. 9: 7-8)

Alencar, «este Deus», de estilo pomposo, que encobria pobreza ou falta de ideias, ainda assim, tinha «adoradores». Prosseguindo com ironia e parodiando o teor das críticas favoráveis a Alencar, apontava «outras muitas curiosidades» observadas no «tal capitulinho, a melhor cousa da melhor obra do melhor autor, objeto dos espantos de espantadiços». Em sua dissecação teve-se ao que chamou de «eloquência» e «verbosidade» ou «abundância estéril», catando termos, problematizando-os, além de questionar as imagens elaboradas pelo autor. E concluiu em tom paródico:

é uma imensidade de imensos, que demonstram a imensa ciência de Sênio na arte de escrever.

Basta, basta! Um capitulosinho de 120 linhas de letra garrafal, apontado como a melhor cousa e pórtico da obra, deu margem para a tua carta magnífica, e deixou-me estes sobejos, ficando ainda intacta matéria para outras tantas observações.

Tens, pois razão às carradas, repito. Eis aí as bulas com que certos escritores se colocam a si mesmos em nichos do panteão literário. (Cincinato, 1871, n. 9: 14-15)

Para Cincinato, Alencar se autopromovia, era como os fariseus, que também afetavam ser severos e ostentavam observar as cerimônias da lei, até que «acharam quem lhes desmascarasse o orgulho e a hipocrisia, e os expulsasse» do templo. Vendo-se nessa missão santa, Castilho arregimentava o Exército aliado. Se a linguagem e as imagens usadas recorriam ao campo religioso, emergiram aquelas ligadas à esfera militar, ao combate e à guerra. Semprônio era «Marechal do Exército» e ele

o «Tambor», referindo-se ao ofício de percutir a caixa de guerra; «ambos pertencemos à mesma milícia» e a palavra de ordem era: «Continuemos a campanha» (Cincinato, 1871, n. 11: 4).

Exalando ironia, dizendo-se de posse do «livro monumental», convidou Sênio para ser seu preceptor, passando a «proscrever todas as noções que tinha do idioma, substituindo-o por uma língua incógnita, nova, moderna, triunfante, conquistadora e fresca», a que deu no nome de «Senial». Entrou também a impregnar «nas frases, imagens, descrições e locuções, não menos Seniais», satirizando a escrita alencariana, na esperança de «arremedar o gênero pantafaçudo», pois onde lhe faltasse ideia, buscaria «fraseologia onomatopaicamente campanuda, fraseologia pããampa [sic]», com a qual deixaria seus «admiradores boquiabertos e zonzos.» Seguiria «a moda coimbrã», «já proclamada pelas Cacholetas», visto que:

Hoje é moda estilo abstruso; Enrodilhar palavrões.
Nunca perde por confuso
quem fizer alocações.
É moda que tem pegado,
Porque vem de autor graúdo,
Que de vera dar ao estudo
o tempo mal empregado
em tecer, por modo novo,
os discursos nebulosos
de que se ri todo o povo. (Cincinato, 1871, n. 11: 5)

Prosseguindo os estudos da língua «Senial», com sua inseparável ironia, visando apontar as «belezas que esfervilham por toda essa bíblia do bom gosto», problematizou os diálogos do livro, «opulentíssimo em gramática e vernaculidade», dizendo-se corroído «de vergonha, de não ter aprendido tão correta língua» e estilos, «menos românticos que didáticos» (Cincinato, 1871, n. 11: 5-6).

Focando a questão do emprego das locuções e da colocação de pronomes, «que Sênio reproduz a cada passo», e que lhe afiguravam incorretos sentenciou: «Aqui, porém tem ele uma desculpa, se há culpa: é este seu dizer assaz frequente no Brasil, e característico dos mais seguros para se afirmar, *prima facie*, ter uma obra portuguesa sido aqui escrita.» Viu a afirmação e tais usos «incorretos» como frutos da «liberdade local».

Afigura-se-me, pois, que não será fácil mostrar, em autor português, antigo ou moderno, já não digo clássico, mas simplesmente de boa nota, as locuções supra-citadas [...] Regula-se (creio eu) por iguais preceitos a colocação, tanto na variação do pronome da terceira pessoa com que apassivamos os verbos, como dos outros pronomes e casos adverbiais que unimos aos verbos reflexos ou recíprocos [...] Frase há em que o uso dos doutos concede liberdade mais ou menos ampla para indistintamente antepor ou pospor aos verbos aqueles pronomes; porém na máxima parte, há regras, de que não é lícito eximir-nos, se aspiramos a não ser tidos por muito incorretos. A leitura dos bons modelos é o primeiro guia; mas creio que para as seguintes normas se não achará exceção. (Cincinato, 1871, n. 11: 7)

Outro aspecto do «idioma senial» atacado foi dos neologismos. «Eu também bato palmas ao neologismo [...] e mais variantes indígenas». Atendo-se à uma descrição de Sênio, considerando-a «prodígio nunca visto» por suas impropriedades gramaticais, afirmou que, por dizer coisas «d'estas», um discípulo seu, em pequeno, levava «Muita palmatoada». Remetendo às declarações de Alencar sobre as mudanças na língua portuguesa, os progressos que estariam revolucionando-a, interrogou: «Será tudo isto progresso na arte de escrever? Será com linguagens e fantasias d'estas, que derrubarão a antipática coluna Vendôme do terso dizer dos mestres?» (Cincinato, 1871, n. 11: 8, 10-12).

Para este defensor do classicismo, não era com tais «progressos» e «modernismos» inaceitáveis na escrita que se derrubaria o monumento neoclássico, modelo pelo qual rezavam os mestres da literatura. Retomou as reflexões de Alencar no *Pós-escrito* à segunda edição de *Iracema*, acerca das censuras à sua forma de escrever, a qual, conforme o romancista, não resultava de ignorar os clássicos, mas da convicção da decadência daquela escola e daquele estilo, que destoavam da natureza americana. Citou trechos do que chamou, com ironia, das «impagáveis notas», asseverando: «Ora

comparemos estes modernismos Seniais com as intoleráveis antigulhas dos clássicos. [...] Que homem de gosto há aí, que a dizer tão singelo, elegante, vernáculo, atrativo, prefira os inqualificáveis estilos de um Sênio [...]!» (Cincinato, 1871, n. 11: 12-13).

Expressando sua posição bélica, de luta para impor uma dada forma de escrever, mesclando-a com o discurso do campo da religião, bateu contra os «inovadores» e suas obras – «monstros literários»:

Esta guerra aos clássicos, para certos escrevedores, é precedida do manifesto da raposa, inimiga da uva. As obras dos mestres, os eternos modelos tornam-se objeto do escárnio dos inovadores, capazes de destronar os Demóstenes e Homeros. Tivemos a escola da antiguidade; depois, certo número de regras tradicionais; mais proximamente, a emancipação de todas as normas, proclamando-se tipo único a natureza; agora, surgem os ministros do belo, sacerdotes do ideal, demolidores do senso comum, desprezadores de quanto merece veneração, e que não produzem senão monstros literários, sem alcance ou de alcance detestável, sem missão ou com missão desorganizadora, sem forma ou com tauxia das mais incongruentes formas. [...] Uma subdivisão dessa casta de autores compreende a dos caçadores de efeitos. (Cincinato, 1871, n. 11: 13-14)

Referindo-se a tais «caçadores de efeitos», sintetizou seus procedimentos, de forma paródica:

O processo, neste caso, é singelo. Proclama-se o poder pessoal da excentricidade, embora ridícula; da originalidade, embora extravagante; da novidade, embora absurda; e quando se tem assim embrulhado desatinos e puerilidades em esfarrapado manto de vascosa linguagem vasconça, imagina-se subir em carro ebúrneo às glórias capitólicas. (Cincinato, 1871, n. 11: 14)

Assim, Castilho buscava desqualificar as proposições de Alencar – «a teoria do sapientíssimo» – e sua prática literária, denominando-as de «excentricidades ridículas» e de «mania do homem», com a intenção de atacar, em especial, o político que desafiou e golpeou a face do poder imperial. Mas, se o crítico, por um lado, anunciara que pusera termo às suas missivas, por não saber «dar em homem morto», por outro, continuou a campanha deslegitimadora do romancista analisando textos do *Diário do Rio*, intitulados *Palestras*. Via neles a intenção de endeusar a figura de Alencar ou de elevar seu nome, e considerando que cabia a si a «subversão», insinuou: «A divinização de Sênio é obra do próprio Sênio», ou seja, era «louvor em boca própria», tendo intenção e esperteza «exatamente no gênero dos hábitos Seniais» (Cincinato, 1871, n. 17: 7-11).

Afirmado que Sênio vivia a «injuriar os clássicos», questionou se suas «citações falsas» se convertiam numa «espécie de mania». Voltando à questão dos «erros de linguagem», aos «neologismos estrambóticos» e aos galicismos inaceitáveis que via nas *Palestras*, problematizou se não estavam «delatando o inventor de novo idioma?», caso houvesse dúvida quanto à paridade entre o estilo de tais escritos e o de Sênio (Cincinato, 1871, n. 17: 12-13).

Incomodado com o lugar que Alencar ocupava nas letras nacionais e com a exaltação realizada de seu nome no *Diário*, Castilho prosseguia na «guerra» ao ver por de trás do pseudônimo de «V.», que assinava as *Palestras*, a pena de Alencar. Avaliando que «Estas pugnas literárias tem seu quê do duelo», condenou o uso de certas palavras e expressões usadas por seus adversários, por «Sênio e Cia.», as quais julgava inadmissíveis em polêmicas, por ser «linguagem que só se aprende nas tabernas e nos açougues.» Assim, sua atenção se alargou, voltando-se para «os Papas das letras, Sênios, V. & C^a.». Sua «repugnância» era contra a «redundância», os pleonasmos e certas expressões ditas «Seniais» ou «esta perissologia, sempre repreensível», o vício de repetir várias vezes, por meio de palavras diferentes, um pensamento já enunciado (Cincinato, 1871, n. 18: 1-7).

Atacou o que chamou de «abundância estéril»; queixou-se «da difusão da loquacidade, e da prolixidade do palavrório» nas «variações longas de Sênio», pois produzia «desastres». A crítica leal e digna tinha «rigorosa obrigação de estigmatizar» o «vicioso uso» de variantes para dar a mesma ideia, «como sucede no Gaúcho», em que «Há PLEONASMOS e PLEONASMOS», intoleráveis (Cincinato, 1871, n. 19: 6-11).

Focando as imagens empregadas por Sênio no romance, como as «dobras do

infinito», o associou a «outro [...] sacerdote do Ideal», Antero de Quental, um dos responsáveis pela polêmica Questão de Coimbra, e que havia remetido à «gerinçosa nas *Odes modernas*». Batendo contra o uso de jargões na literatura, asseverou:

Nada, na arte de escrever, demanda mais cautela do que o uso dos tropos, figuras e imagens. Os mais sublimes e patéticos passos dos mais admirados autores, em prosa e verso, acham-se expressos no estilo mais simples e sem figuras. Pode, por outro lado, abundar uma composição em ornamentos estudados, em linguagem artificiosa, esplendida, figuradíssima, e ser no todo afetada e glacial. Quem não falar ao espírito e ao coração, por mais ginásticas de estilo a que se abalance, se este for ostentoso, esquisito, presunçoso, impróprio ou obscuro, poderá lançar poeira aos olhos do vulgo, mas nunca aprazer a juízo dos competentes. (Cincinato, 1871, n. 19: 12-13)

Condenou «quem deixa o curso do pensamento para ir à caça das figuras» e imagens (Cincinato, 1871, n. 19: 13-14), assim como a mistura de gêneros literários, sem deixar de mencionar a figura do político:

Com efeito sempre lhe achei ares excêntricas, fórmulas híbridas, contornos monstruosos, planos disformes, lavor irregularíssimo, míngua de gosto e senso artístico, ambição impotente de efeitos ridículos. Depois, vindo a vez do político, manifestou-se-me ele um ambicioso vulgar, um acabado especulador, que armava tão somente ao próprio interesse, e que se desmascarou, no dia da prova && (Cincinato, 1871, n. 20: 1)

Porém, conforme Castilho, com ironia, nada disso tinha a ver com a matéria da qual tratava. Era apenas preciso clarear que as *Palestras* saíam «de debaixo do telhado de Sênio», ainda que outro senhor as assumisse. Na letra «V.» não via «mais que outra anomínia Senial». Desconstruindo o vulto de Alencar, «tão altamente colocado» no «pedestal a que foi elevado», questionou as adjetivações e homenagens a ele realizadas, inconformado com o lugar que ocupava de «chefe da literatura brasileira», visto como inaceitável (Cincinato, 1871, n. 20:1-2, 5).

PALAVRAS FINAIS

Essas cartas, em tom panfletário, foram peças da campanha que os adversários políticos de Alencar promoveram contra ele visando deslegitimá-lo. Alencar já havia se tornado «o inimigo do rei» e de seu séquito de súditos. Conforme Melo (1948: 12):

É uma campanha de desmoralização e de descrédito, organizada e levada a efeito com técnica e minúcia, um ataque sistemático e constante ao político, ao jurista, ao dramaturgo, ao romancista, ao escritor. Sobressaem nessa mesquinha atividade José Feliciano de Castilho, Cincinato e Franklin Távora, Semprônio, apostados em reduzir os méritos literários de Alencar. É crítica soez, feita a retalhos. Castilho é o tipo do caturra, gramaticóide estreito, exsudando latim e erudição clássica por todos os poros, arvorando-se em mestre de bom gosto.

Alencar estava convicto de que a virulência de Castilho era alimentada pelos cofres do governo imperial. Por detrás do desmentido oficial do chefe do Conselho de Ministros, visconde de Rio Branco, o romancista vislumbrava a sombra do manto de D. Pedro II. Partiam do trono as ordens para fustigá-lo, e num momento de cólera, na Câmara dos Deputados, cunhou o apelido imortal para seu detrator: «Gralha imunda!» (Lira Neto, 2006: 317).

Castilho, amigo do imperador, incomodado, em geral, com os ataques de Alencar na imprensa e no Parlamento, em específico, a D. Pedro II e ao governo, empreendera a campanha que «objetivava principalmente desmoralizar o literato para atingir o político». Configurando «menos que crítica» e beirando «o insulto», Castilho entrou para a história como um «foliculário de aluguel» financiado tanto pelo Paço como pelo gabinete do visconde de Rio Branco (Garmes, 2011: 3-4). Para Romero, conforme Candido (1969: 366), era uma «empresa inglória, [...] parte de uma cabala surdamente orientada pelo Governo e movida por um medíocre testa-de-ferro, pago pelos cofres públicos para atacar o maior escritor brasileiro da época».

Castilho, como português, tinha suas motivações para atacar Alencar. Expôs a

leitura de sua obra com intencionalidades pouco escamoteadas, ligadas ao campo do poder e da política imperial imediata ou à esfera das disputas e posicionamentos mais amplos, dos aspectos culturais e da formação das identidades, dos processos de descolonização e fundadores da nação. Ele focou seu olhar num romance de caráter regional, inserido, no contexto da obra de Alencar, no imenso painel por ele planejado para representar a nação em sua fundação e diversidade cultural.

Alencar, mesmo que conhecido como polemista inveterado, talvez em decorrência dos trabalhos e debates no parlamento, não refutou de imediato tais críticas, manifestando-se somente em 1872, em *Benção Paterna*, prefácio de *Sonhos D'ouro* (Martins, 2011: 13). Era «uma resposta a estes ataques, que objetivavam cobrir de ridículo, tanto o político como o literato» (Garmes, 2011: 4).

Nesse prefácio, Alencar reafirmou a relação entre identidade, literatura nacional e a realidade em que se insere, pautando-se na ideia de representação do real e não de imitação deste, podendo o romance dizer respeito a uma situação histórica ou realidade específica sem ser cópia, fotografia; reiterou o caráter brasileiro e identitário de seus textos, fossem eles indianistas, regionais ou urbanos (Boechat, 2003: 31-32).

Realizou, ainda, com ironia, uma tipologia da crítica da Corte buscando, por sua vez, deslegitimá-la. Desqualificou as leituras pautadas e voltadas para outros interesses que não os literários, ridicularizando as motivações dos críticos e suas apreciações, detendo-se à «crítica sisuda», preocupada com a linguagem e com a cor local nas obras, definidoras da identidade nacional. Já na ficção, os ressentimentos com o campo político renderam representações, primeiro em *Sonhos D'ouro* (1872), ao pintar retrato negativo dessa arena e da figura do político, em seguida, em *Guerra dos Mascates* (1873-1874), ao satirizar e caricaturar os poderosos do governo imperial e suas práticas corruptas inaceitáveis.

BIBLIOGRAFIA

- Alencar, José de (1965), «Como e por que sou romancista», in Alencar, José de, *Ficção completa e outros escritos*, Rio de Janeiro, Companhia Aguilar, v. I, pp. 101-121.
- Alencar, José de (1965), «Bênção paterna», in Alencar, José de, *Ficção completa e outros escritos*, Rio de Janeiro, Companhia Aguilar, v. I, pp. 491-498.
- Alencar, José de (1965), «O gaúcho», in Alencar, José de, *Ficção completa e outros escritos*, Rio de Janeiro, Companhia Aguilar, v. III, pp. 21-191.
- Alencar, José de (1977), *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados.
- Boechat, Maria Cecília (2003), *Paraísos artificiais: o romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- Bordieu, Pierre (1992), *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.
- Cal, Ernesto Guerra da (1979), *Dicionário de Literatura*, Porto, Figueirinhas.
- Candido, Antonio (1969), *Formação da literatura brasileira*, São Paulo, Martins.
- Chartier, Roger (2002), *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- Cincinato, Lucio Quinto (1871), «Cincinato a Semprônio», *Questões do dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Q. Cincinato*, n. 9, pp.7-15; n. 11, pp. 4-14; n. 20, pp.1-6.
- Cincinato, Lucio Quinto (1871), «Do roceiro Cincinato ao cidadão Fabrício», *Questões do dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Q. Cincinato*, n. 17, pp. 6-15; n. 18, pp. 1-8.
- Cincinato, Lucio Quinto (1871), «Do roceiro Cincinato a Semprônio», *Questões do dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Q. Cincinato*, n. 19, pp. 6-15.
- Garmes, Kátia Mendes (2011), «A influência da atividade política de José de Alencar na recepção crítica de seus romances», in *XIV Congresso de história do livro*, Campinas/SP, ALB <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Hsemi.html> (consultado em 23/08/2013).
- Lira Neto (2006), *O inimigo do rei: uma biografia de J. Alencar...*, São Paulo, Globo.
- Magalhães Jr., Raimundo (1977), *José de Alencar e sua época*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL.

- Martins, Eduardo Vieira (2011), «Apresentação», in Távora, Franklin, *Cartas a Cincinato: estudos críticos por Semprônio*, Campinas/SP, Ed. Unicamp, pp. 9-37.
- Melo, Gladstone Chaves de (1948), «Alencar e *A língua brasileira*», in Alencar, José de, *Iracema*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pp. 1-109.
- Menezes, Raimundo de (1977), *José de Alencar: literato e político*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- Merquior, José Guilherme (1979), *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- Orico, Osvaldo (1977), *José de Alencar: patriarca do romance brasileiro*, Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL.
- Rodrigues, Antonio Edmilson M. (2001), *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- Romero, Sílvio (1980), *História da literatura brasileira 5*, Rio Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL.
- Sant'anna, Benedita de C. L.(2011), «Século XIX: considerações acerca de relações literárias entre Brasil, Portugal e Inglaterra», in Araújo, Joana L.M. de; Santos, Regma M. dos; Ribeiro, Ivan M. (orgs), *Literatura e História: da instituição das disciplinas às releituras do cânone*, Uberlândia, EDUFU, pp. 65-80.